



**FACULDADE ARI DE SÁ
CURSO DE PSICOLOGIA**

LETÍCIA MACHADO FREIRE

O BULLYING E O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR

FORTALEZA

2023

LETÍCIA MACHADO FREIRE

O BULLYING E O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Psicologia pela Faculdade Ari de
Sá.

Orientador: Prof. Dra. Érika Nunes Teles
Torres

Aprovado(a) em: 14/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Érika Nunes Teles Torres
Faculdade Ari de Sá

Prof. Dra. Áurea Júlia de Abreu Costa
Nome da Faculdade/Universidade do Avaliador 1

Prof. Prof. Dra. Ana Paula Lima
Nome da Faculdade/Universidade do Avaliador

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Faculdade Ari de Sá
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F866o Freire, Leticia.

O BULLYING E O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR / Leticia Freire. – 2024.

30 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Ari de Sá, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Érika Nunes Teles Torres.

1. Inteligência emocional; Educação socioemocional; Violência escolar.. I. Título.

CDD 150

O BULLYING E O PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR

Letícia Machado Freire

RESUMO

O bullying engloba diversas formas de violência, como verbal, moral, sexual, social, psicológica, física, material e virtual, sendo caracterizado por xingamentos, difamação, assédio, isolamento, perseguição, entre outros, causando sofrimento e constrangimento à vítima. Nas escolas, afeta mais de 14% da população adolescente em mais de 40 países, tornando-se um problema social global, com efeitos prejudiciais que podem persistir ao longo da vida se não for interrompido. Nesse contexto, reconhecendo que a escola é um espaço com relações subjetivas, o psicólogo escolar deve integrar perspectivas individuais em prol do bem coletivo. Diante disso, este artigo teve como objetivo analisar qual o papel do psicólogo escolar no combate ao bullying. Partiu-se dos seguintes objetivos específicos: 1. Compreender a atuação do psicólogo escolar no contexto da prevenção ao bullying; 2. Investigar a atuação do psicólogo escolar no enfrentamento ao bullying na escola; 3. Discutir as possibilidades de atuação do psicólogo escolar no combate ao bullying. Metodologicamente, esta pesquisa é classificada como qualitativa, tendo partido de pesquisa bibliográfica. Os papéis identificados do psicólogo escolar abrangem um amplo espectro de atividades e responsabilidades para o profissional na abordagem do bullying. Foi possível concluir que a presença do psicólogo escolar é de extrema relevância, pois representa uma oportunidade para prevenir e combater o bullying, mediante a criação de um ambiente escolar acolhedor que estimula o desenvolvimento de habilidades sociais e relacionamentos saudáveis.

Palavras-chave: inteligência emocional; educação socioemocional; violência escolar.

ABSTRACT

Bullying encompasses various forms of violence, such as verbal, moral, sexual, social, psychological, physical, material, and virtual, and is characterized by insults, defamation, harassment, isolation, persecution, among others, causing suffering and embarrassment to the victim. In schools, it affects more than 14% of the adolescent population in more than 40 countries, making it a global social problem, with harmful effects that can persist throughout life if not stopped. In this context, recognizing that the school is a space with subjective relationships, the school psychologist must integrate individual perspectives for the collective good. Therefore, this article aimed to analyze the role of the school psychologist in combating bullying. The starting point was the following specific objectives: 1. Understand the role of the school psychologist in the context of bullying prevention; 2. Investigate the role of school psychologists in combating bullying at school; 3. Discuss the possibilities of the school psychologist's role in combating bullying. Methodologically, this research is classified as qualitative, based on bibliographical research. The identified roles of the school psychologist cover a wide spectrum of activities and responsibilities for the professional in addressing bullying. It was possible to conclude that the presence of the school psychologist is extremely important, as it represents an opportunity to prevent and combat bullying, by creating a welcoming school environment that encourages the development of social skills and healthy relationships.

keywords: emotional intelligence; socio-emotional education; school violence.

1 INTRODUÇÃO

O bullying tem se destacado como um fenômeno social, que, como explicam Silva et al. (2019) e Gomes et al. (2022), pode gerar a evasão e o baixo rendimento escolar, perda de motivação da vítima para as vivências sociais, e outros efeitos emocionais preocupantes. De acordo com Reis (2022), o enfrentamento do bullying nas escolas e na sociedade pode reduzir a percepção de que esse comportamento é algo normal. Assim, compreender a atuação do psicólogo escolar e como ele pode auxiliar nas relações interpessoais nesse ambiente é um tema que precisa ser discutido academicamente. Cunha (2022, p. 32-33) corrobora, declarando que o psicólogo escolar desempenha um papel importante, “atuando junto com gestores, alunos e, também, a família e poderá elaborar estratégias tanto de prevenção quanto de combate ao Bullying dentro das escolas a fim de estabelecer relações sociais saudáveis entre os próprios alunos e, também, com os professores”. Ressalta-se que a Lei 13.935/2019 traz a determinação da obrigatoriedade do psicólogo nas escolas de Educação Básica, tendo em vista a importância da escola na formação humana e na construção da sociedade.

A legislação brasileira aborda o bullying a partir da Lei 13.185/2015, que institui o programa de combate ao bullying, decretando, no Art. 2º que o bullying é caracterizado pela intimidação sistemática, com ou sem violência física, humilhação, discriminação, ataques físicos, insultos, apelidos, ameaças, preconceito, provocando o isolamento social de outrem, sendo todos esses comportamentos realizados por qualquer meio. Essa lei promulga o programa de combate à intimidação sistemática, indicando como responsabilidade do próprio programa a capacitação de professores quanto à prevenção ao bullying. No Art. 5º, a lei determina que é “dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying)” (BRASIL, 2015).

Para Silva et al (2022), Marques e Alves (2022) e Freire e Aires (2012), o bullying pode ser caracterizado por agressões verbais ou físicas gratuitas, intencionais, repetitivas e deliberadas, sendo direcionadas durante um tempo prolongado. Essas agressões, segundo os autores supracitados, denotam desequilíbrio social, e, diante da inércia dos educadores, a vítima tende fortemente a expandir sua insegurança e seu sentimento de abandono. Por outro lado, o agressor torna-se cada vez mais potente, haja vista que a impunidade faz com que seu sentimento de poder e controle social cresça exponencialmente.

Diante disso, problematiza-se o papel do psicólogo escolar e o alicerce que ele

pode oferecer às crianças vítimas de bullying nas escolas, e como poderá auxiliar para a emancipação e saúde mental desses educandos. Partiu-se, assim, da seguinte pergunta problematizadora: Qual o papel do psicólogo escolar no combate ao bullying?

Nessa perspectiva, deve-se considerar que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) sobre o acometimento do bullying entre adolescentes de 13 a 17 anos, do ano de 2009 e 2019, segundo aponta Saraiva (2022), indicando que 40% dos estudantes brasileiros relatam já ter sofrido bullying nas escolas. Desse percentual, 24% não sentem prazer ou alegria pela vida. As pesquisas do próprio IBGE no ano de 2009 indicavam 30,9% de estudantes que relataram já terem sofrido bullying. Esse aumento da prática do bullying é ainda mais relevante entre meninas do Ensino Fundamental do que entre os meninos. Nos 10 anos entre as duas pesquisas do IBGE, o número de meninas que passaram por situações de agressão e constrangimento subiu de 28,8% para 45,1%, enquanto entre os meninos passou de 32 para 35,4%.

De acordo com Giordani, Seffner e Dell’Aglío (2017), é importante analisar as formas de violência escolar, entendendo-a como problema social. O estudo dos autores foi derivado do projeto Violência e Preconceito na Escola, realizado a partir da parceria entre “Conselho Federal de Psicologia (CFP), Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), Federação Nacional dos Sindicatos de Psicólogos (FNSP) e dez universidades federais das cinco regiões do país” (GIORDANI; SEFFNER; DELL’AGLIO, 2017, p. 105), propondo-se investigar a atuação do psicólogo com relação ao bullying nas escolas, e enfatizando a importância desse profissional nessa perspectiva de suporte e transformação social, o que justifica a continuidade dos estudos acerca do trabalho do psicólogo escolar no combate ao bullying.

Ademais, de acordo com Santos, Menezes e Costa (2019), a implementação da Psicologia escolar e as discussões a esse respeito são ainda incipientes no Brasil; e, conforme Araújo e Coutinho (2020, p. 2), “os crescentes índices de violência intraescolar se configuram como um dos dados de grande relevância para estudos que se debruçam sobre o conjunto de problemas que atingem o orbe educativo na atualidade”. Segundo os autores, “verifica-se um tímido crescimento nas investigações que abordam intervenções diante do problema da violência intraescolar, assim, percebe-se a necessidade de ampliação desta perspectiva investigativa” (ARAÚJO; COUTINHO, 2020, p. 3); o que justifica esta investigação, tanto no âmbito social, quanto no meio acadêmico.

No que toca às implicações pessoais, esta investigação foi motivada pelo contato com uma criança vítima de bullying durante o estágio supervisionado, o que gerou na

pesquisadora comoção e forte empatia com o tema.

Ainda assim, mesmo que essa lei obrigue as escolas a tomarem medidas preventivas de conscientização, segundo indicam Marques et al. (2022) e Pereira, Fernandes e Dell’Aglío (2022), percebe-se que, muitas vezes, a escola ignora a situação, o que pode desenvolver transtornos sociais e psicológicos na vítima.

Cabe ainda ressaltar, como aponta Esteves (2020), que a motivação para se comportar com violência no espaço escolar ou em outros espaços, independentemente da forma assumida de violência, não pode ser banalizada, o que significa que não se pode permitir a banalização da maldade. Segundo a autora, “o mal presente nas práticas de bullying é banalizado por que não tem explicação convincente, não tem motivação relevante, não é ideológico” (ESTEVES, 2020, p. 184). A autora reforça que o bullying não pode ser visto como um comportamento comum ou de pequena importância, e, na medida em que é visto como algo trivial, esconde o horror e o escândalo da maldade de uns sobre os outros. A superficialidade do tratamento do assunto precisa ser repensada à parte das superficialidades.

Tendo em vista esses pressupostos, o objetivo do presente artigo é analisar qual o papel do psicólogo escolar no combate ao bullying. Partiu-se dos seguintes objetivos específicos: 1. Caracterizar o bullying e os reflexos dessa violência no espaço escolar; 2. Investigar a atuação do psicólogo escolar no enfrentamento ao bullying na escola; 3. Discutir as possibilidades de atuação do psicólogo escolar no combate ao bullying. Dessa forma, o referencial teórico perpassará a descrição do bullying escolar, para, em seguida, discorrer sobre o papel do psicólogo escolar no combate ao bullying nesse ambiente.

2 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como qualitativo, construído a partir de pesquisa bibliográfica. Na pesquisa bibliográfica, “faz-se uso dos materiais já publicados, escritos ou gravados mecânica ou eletronicamente, que contenham informações de diversas áreas” (PROETTI, 2005, p. 94). Compreende-se que este procedimento se desenvolve “a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas” (GIL, 2008, p. 50). No presente artigo houve a intencionalidade de utilização do método bibliográfico para compreender as relações e processos humanísticos, para explorar os matizes das relações humanas, atrelando motivações e atitudes que permeiam as complexidades dos fenômenos sociais, seguindo a perspectiva de Minayo (2007).

Creswell (2007) afirma que a pesquisa qualitativa é humanística e interativa, utilizando-se de uma multiplicidade de métodos, apresentando características emergentes ao invés de pré-configuradas. Isso significa que podem ocorrer mudanças durante a investigação, refinamentos condicionados à percepção do pesquisador acerca da realidade que vislumbra e da amplitude de suas interpretações. Ademais, este tipo de pesquisa “não visa à quantificação, mas sim ao direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitam entender, descrever e interpretar fatos” (PROETI, 2017, p. 2). Ademais, tem-se a natureza aplicada e, quanto à realização dos objetivos, constituindo-se, também, uma investigação explicativa.

Foram utilizados os indexadores Portal de Periódicos Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). As buscas tomaram como critérios de exclusão a não disponibilidade do texto completo e gratuitamente e a discrepância com o objetivo do presente estudo. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: a) a presença, nos títulos dos trabalhos publicados, dos descritores “psicólogo escolar”, “bullying nas escolas”, “bullying”, abarcando as fórmulas booleanas AND/OR (“psicólogo escolar” AND “bullying”); b) trabalhos escritos em língua portuguesa; c) ênfase a trabalhos publicados nos últimos 5 anos (2018-2023), a fim de construir aproximação com a realidade atual da prática do bullying. Contudo, considerando a necessidade de aprofundar os estudos mediante publicações de autores considerados autoridades no tema, os estudos analisados não se resumiram apenas às publicações dos últimos 5 anos. Os critérios de

inclusão envolveram, portanto, a relação direta de abordagem no título e nos resumos com os descritores “psicologia escolar e bullying”. Foram analisados 26 estudos publicados e 2 aparatos legislativos.

Partindo do objetivo geral de analisar o papel do psicólogo escolar no combate ao bullying, e da compreensão do bullying como fenômeno social, Gil (2008) explica que pesquisas voltadas para a compreensão de fatos e fenômenos sociais e a identificação e determinação de elementos construtores da realidade são caracterizadas como pesquisas explicativas. Ou seja, “são aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2008, p. 28). Nesse contexto, os fatores identificáveis estão atrelados à atuação do psicólogo nas escolas; ao passo que o fenômeno em ocorrência está associado à prática do bullying.

A análise dos materiais utilizados se deu a partir da leitura dos resumos e da relação com os objetivos desta investigação, tendo em vista a pertinência da relação com o tema desta pesquisa e com o objetivo geral de analisar qual o papel do psicólogo escolar no combate ao bullying. Tal análise foi realizada, partindo dos pontos indicados de busca bibliográfica, critérios de exclusão e inclusão, compreensão dos estudos de teóricos relevantes, percepção e interpretação crítica dos estudos publicados nos últimos anos e, por fim, seleção dos papéis dos psicólogos escolares apresentados pelos diversos estudiosos.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os eixos temáticos analisados a seguir foram separados a partir da definição dos objetivos específicos e da necessidade de ampliar os conhecimentos a respeito de cada ponto, com o fim de conectá-los no alcance do objetivo geral.

O BULLYING, A ESCOLA E OS REFLEXOS DESSA VIOLÊNCIA

Silva et al (2022) afirmam que as habilidades sociais são refletidas na competência social, atrelada à funcionalidade e coerência do desempenho social, como se inicia amizades e as mantém, como se resolve conflitos interpessoais, como se evita novos conflitos e se constrói o equilíbrio emocional individual diante da coletividade. Portanto, as habilidades sociais corroboram com a prevenção e a redução do bullying no espaço escolar. Quando se constata déficits nessas habilidades são geradas as dificuldades de relacionamento, resultando em isolamento social, vulnerabilidades através do bullying. Conforme os autores, sabe-se que as vítimas de bullying nas escolas têm suas habilidades sociais previamente frágeis e comportamentos passivos, ao passo que os agressores apresentam problemas de expressividade e autocontrole, e, quando conseguem lidar melhor com os desafios pessoais, tendem (em mais de 20%) a reduzir as agressões.

O bullying é caracterizado por Pereira, Fernandes e Dell’Aglío (2022) como uma violência verbal, envolvendo xingamentos, apelidos pejorativos e insultos; violência moral, com difamação, disseminação de rumores e calúnias; violência sexual, a partir de assédio, abusos e indução a ações não desejadas; violência social, atrelando a indução do isolamento da vítima, e fazendo com que ela seja excluída e ignorada; violência psicológica, mediante perseguições, chantagens, intimidação, dominação, manipulação, aterrorizando e infernizando a vítima; violência física; violência material, a partir de furtos ou destruição de pertences e violência virtual, utilizando-se da internet e das redes sociais para depreciar ou violar a intimidade da vítima, adulterar fotografias e dados, resultando no sofrimento e constrangimento de outrem, como explicam Pereira, Fernandes e Dell’Aglío (2022).

A Lei nº 13.185 (BRASIL, 2015) institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) no território nacional. De acordo com a lei, o bullying é definido como qualquer ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo, que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa, causando-lhe dor e angústia. Além de definições gerais, o texto aborda as

diferentes formas de bullying, incluindo violência verbal, moral, sexual, social, psicológica, física, material e virtual. Os objetivos do programa incluem prevenir e combater o bullying na sociedade, capacitar educadores, realizar campanhas de educação, conscientização e informação, orientar pais e familiares, oferecer assistência às vítimas e agressores, integrar os meios de comunicação com as escolas, promover a cidadania, e evitar a punição dos agressores, privilegiando alternativas que promovam a responsabilização e a mudança de comportamento. A lei aponta que estabelecimentos de ensino, clubes e agremiações recreativas devem assegurar medidas para conscientização, prevenção, diagnóstico e combate ao bullying. Além disso, deve haver relatórios bimestrais das ocorrências de bullying nos Estados e Municípios para planejamento de ações, sendo que os entes federados podem firmar convênios e parcerias para a implementação do Programa. Em resumo, esta lei visa a combater o bullying em todas as suas formas e em diferentes contextos, promovendo a conscientização, prevenção e punição adequada, e envolvendo vários setores da sociedade.

Pereira, Fernandes e Dell’Aglío (2022) enfocam a complexidade do problema do bullying e a necessidade de uma abordagem multifacetada para lidar com ele. Destaca-se que o bullying não pode ser compreendido isoladamente. Deve-se considerar os valores e crenças culturais da sociedade, bem como várias interrelações, incluindo características individuais, relacionamentos intrafamiliares, relações entre os ambientes em que crianças e adolescentes vivem, exposição à violência na mídia, normas culturais, e religião. A Constituição Federal estabelece a responsabilidade do Estado, família e sociedade na proteção de crianças e adolescentes contra todas as formas de negligência, discriminação e opressão. As crianças têm prioridade absoluta e direito à proteção integral. Segundo os autores, diferentes estratégias podem ser aplicadas para enfrentar o bullying, incluindo abordagens repressivas, econômicas, culturais, informativas, punitivas e preventivas. Uma legislação meramente informativa ou punitiva não é suficiente para resolver o problema, pois a simples definição ou punição do bullying não modifica o comportamento humano. Assim, a abordagem preventiva é considerada mais adequada para evitar o bullying e reduzir a violência social. As estratégias preventivas podem envolver promoção de relações interpessoais respeitadas, ações abrangendo toda a escola, intervenções reativas após situações de bullying, apoio entre pares, entre outras. Pereira, Fernandes e Dell’Aglío (2022) indicam que o bullying é um problema complexo e multifacetado, que requer abordagens preventivas e reativas, envolvendo não apenas a punição, mas também a promoção de relações respeitadas e a conscientização em toda a sociedade.

Para Reis (2022) o bullying é classificado em diferentes tipos, incluindo o físico

(agressões corporais), verbal (humilhações por palavras), relacional (envolve ameaças e difamação), eletrônico (ocorre online, com ameaças e mensagens difamatórias), psicológico/moral (intimidações e chantagens), material (destruição ou furto de pertences) e sexual (assédio e abuso sexual sistemático). Ele se manifesta por meio de atos agressivos repetitivos, com o objetivo de dominar e oprimir a vítima, tornando o autor do bullying mais poderoso. A vítima geralmente experimenta humilhação, raiva, medo e submissão. Os estudos de Reis (2022) mostram que adultos que foram vítimas de bullying na infância ou adolescência podem sofrer de sintomas depressivos, sentimentos de vergonha, ansiedade e dificuldades nos relacionamentos interpessoais. Destaca-se a importância de intervir no comportamento agressivo dos jovens, tanto das vítimas quanto dos autores do bullying. Ambos precisam de ajuda para superar os efeitos negativos dessa prática.

Bandeira e Hutz (2012) explicam que o bullying é um comportamento agressivo entre pares, que envolve um desequilíbrio de poder, no qual o agressor é fisicamente mais forte, percebido como tal ou tem vantagem em número de pessoas contra uma única vítima. A intenção é prejudicar e humilhar a vítima. Existem três elementos cruciais que caracterizam o bullying: repetição (comportamento persistente), prejuízo causado à vítima e desigualdade de poder entre agressor e vítima. A frequência e os tipos de bullying variam entre nações, regiões e escolas. A cultura, a linguagem e a falta de uma definição comum dos elementos do bullying podem influenciar nessa variação. Além disso, existem diferentes papéis no cenário do bullying: o agressor é a pessoa que ataca outra, supostamente mais fraca, com o intuito de machucar, prejudicar ou humilhar, sem provocação da vítima. A vítima é a pessoa que sofre agressões constantes dos colegas e geralmente não consegue cessar ou reagir aos ataques. Apresenta características que a tornam vulnerável, como poucos amigos, passividade, retração e baixa autoestima. As testemunhas são as pessoas que não participam diretamente do bullying, mas são espectadoras. Muitas delas sentem simpatia pelas vítimas e ficam tristes ao ver colegas sendo vitimizados, mas geralmente não conseguem ou não sabem como ajudar por medo de retaliação ou incerteza sobre como agir. Bandeira e Hutz (2012) ainda apontam a personagem vítima/agressor, como pessoas que desempenham ambos os papéis, sendo vítimas e agressores. São impopulares e frequentemente rejeitadas pelos colegas, com baixa autoestima e comportamento agressivo.

Silva (2017) acrescenta que o pioneiro na correlação do termo com o fenômeno do bullying foi Dan Olweus, um professor da Universidade da Noruega, que se especializou nesse campo ao investigar as taxas de suicídio entre adolescentes. Suas pesquisas revelaram que a maioria desses jovens havia sido vítima de algum ameaças. Foi em 1988 que Olweus

lançou seus primeiros critérios de identificação do problema do bullying de maneira específica. A autora aponta características dos tipos de bullying:

- **Bullying Físico:** Envolve violência física direta, como socos, chutes e agressões físicas visíveis. É mais facilmente identificado, geralmente associado a grupos de meninos.
- **Bullying Psicológico:** Caracterizado por ações que amedrontam, aterrorizam, manipulam, intimidam e chantageiam a vítima. Muitas vezes, envolve apelidos e fofocas, tornando-se menos visível e mais difícil de provar.
- **Bullying Moral:** Envolve difamação, calúnia e disseminação de boatos com o objetivo de ridicularizar a vítima e prejudicar sua reputação.
- **Bullying Verbal:** Consiste em insultos, xingamentos e apelidos humilhantes repetidos constantemente.
- **Bullying Sexual:** Caracteriza-se por assédio, indução ou abuso sexual, frequentemente relacionado a relações de hierarquia, como no ambiente de trabalho.
- **Bullying Social:** Implica em ignorar, isolar ou excluir constantemente alguém de grupos sociais devido a características percebidas como "diferentes" ou "erradas".
- **Bullying Material:** Inclui furtos, roubos ou destruição dos pertences da vítima como uma forma de provocação.
- **Bullying Virtual:** Ocorre nas redes sociais e envolve humilhações, invasão de privacidade, falsificação de dados pessoais, adulteração de fotos e criação de boatos para expor a vítima.

Silva (2017) ainda aponta que a violência, apesar de ser historicamente negada, é uma presença constante na sociedade, especialmente em um país como o Brasil, que tenta projetar uma imagem de harmonia. Tanto o bullying quanto a violência são frequentemente ignorados pela sociedade, levantando a questão de como esses problemas podem ser resolvidos. A primeira etapa para abordá-los é identificar os envolvidos. Isso inclui reconhecer as vítimas (sejam tímidas ou provocadoras), os agressores, que podem ser de ambos os sexos e atuar sozinhos ou em grupos, e os espectadores, que podem ser passivos, por medo ou ameaças, ou ativos, fornecendo apoio moral aos agressores, incentivando seu comportamento com risadas ou palavras de encorajamento.

Pereira, Fernandes e Dell’Aglia (2022) indicam que a vulnerabilidade das crianças e adolescentes, enquanto seres em desenvolvimento, exige ações preventivas em favor do exercício dos direitos legais individuais. As formas de prevenção podem ser entendidas a

partir de 3 aspectos: primária, atrelada aos direitos fundamentais; secundária, através de programas educacionais de apoio e orientação de pessoas em situação considerada de risco; e terciária, estabelecida após a instalação e identificação do problema, partindo-se para medidas de reabilitação e encaminhamento para equipes multidisciplinares. Deve-se considerar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) impõe a proteção integral da criança e adolescente como responsabilidade não apenas do Estado, mas, igualmente, da família e da comunidade, o que inclui a escola.

Em relação a distribuição da prevalência de bullying, conforme Santos et al (2022), no Brasil, o bullying apresenta prevalência diversificada de acordo com a região. No escopo nacional, estima-se que 48,5% dos estudantes já tenham vivenciado alguma situação inibitória (bullying). Além disso, a prática do bullying nas escolas, assim como em outros espaços de convívio social, sempre existiu, e nas últimas décadas tem se tornado um tema mais discutido, devido às observações de educadores e familiares com relação ao desenvolvimento de comportamentos mais introvertidos nas vítimas. Atitudes preconceituosas, discriminatórias, agressividade, coerção, e outros fatores no ambiente escolar têm afetado o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem de muitas crianças (SANTOS, et al., 2022).

Segundo aponta Saraiva (2019), antes da pandemia Covid-19, o IBGE havia começado uma pesquisa acerca da saúde mental de estudantes e as extensões do bullying nas escolas. No ano de 2019, quase 51% das pessoas que participaram da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) se mostraram preocupadas com essa condição de saúde dos educandos. Ressalta-se que mais de 34% dos alunos declararam que acreditavam que não havia ninguém preocupado com elas em um cenário de bullying. Quase 44% responderam que se sentem muito irritados quando são vítimas de bullying, afetando diretamente seu humor e gerando estresse. Isso consolida uma auto avaliação negativas dos jovens e o sentimento de que a vida não vale à pena.

Nas escolas, o bullying é considerado uma realidade, e Santos et al (2022) apontam que essa situação é independente de diferenças culturais, sociais e econômicas entre os alunos. Segundo os autores, em mais de 40 países, 14% da população adolescente já sofreu bullying apenas nos últimos meses, o que caracteriza o bullying como um problema social global. Reis (2022) afirma que o bullying nas escolas, conhecido como bullying escolar, está se tornando mais comum e preocupa devido aos seus efeitos prejudiciais. Pode levar a problemas psicológicos, físicos e, se não for interrompido, pode persistir e afetar o alvo ao longo da vida.

Santos et al (2022), por seu turno, declaram que cabe à escola o cuidado e a orientação do aluno quanto ao seu desenvolvimento intelectual, tanto no que se refere aos conteúdos curriculares, como acerca das competências e habilidades afetivo-emocionais e comportamentos sociais. Apesar da ciência dessa estrutura desejada para as escolas, ainda conforme os autores, percebe-se que o ambiente também pode se mostrar propício a violências cometidas entre os agentes desse espaço, desenvolvendo-se sofrimentos psicológicos, físicos, patrimoniais e sociais, e alterando significativamente a própria escolarização dos alunos a partir de algumas condicionantes. As próprias regras de funcionamento das escolas podem, muitas vezes, favorecer a prática do bullying e a hostilização de estudantes vistos como mais frágeis.

Para Silva et al (2022), o repertório das habilidades sociais individuais se torna mais visível em períodos de transição dentro das escolas, como na passagem do primeiro para o segundo ciclo do Ensino Fundamental, ou da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, e quando acontece mudança de escola, momento no qual o aluno chega em um espaço no qual ele é desconhecido, precisará lidar com transformações profundas em termos de professores, colegas, disciplinas diferentes, ampliação de carga de conhecimento a se adquirir, e, especialmente quando já estão na pré-adolescência, com os hormônios e as alterações químicas e biológicas particulares. Todos esses fatores tornam os períodos de transição mais desafiadores e corroboram para que sejam detectados picos de incidência de bullying escolar.

Nessa perspectiva, “o problema talvez não esteja na ausência de consenso e consequente ocorrência de conflito entre os atores da escola, mas sim nas formas que esse conflito consegue se manifestar desde que não há escuta democrática na escola: apenas através da violência física e psicológica” (GIORDANI, SEFFNER, DELL’AGLIO, 2017, p. 108). Conforme Santos et al (2022) constataram em suas investigações a naturalização do bullying no espaço escolar, sendo utilizado como justificativa o discurso de que se trata de uma brincadeira, quando acontece alguma intervenção por parte dos educadores. A ação de todos os agentes da escola à parte dos estudantes tende à punição aos agressores como estratégia de combate à violência, embora também tenham sido detectadas ações multidisciplinares¹ de conscientização voltadas para a disseminação do respeito às diferenças.

Entretanto, é importante ressaltar que, conforme Silva et al. (2019, p. 3), o bullying favorece a evasão escolar, devido à perda de motivação da vítima, ademais da queda

¹ Ações multidisciplinares são construídas a partir de um projeto de toda a escola, abarcando todos os professores na conscientização estudantil e até mesmo dos profissionais. Tais ações podem envolver conversas e debates com os alunos, elaboração de cartilhas, questionários a serem enviados para os pais sobre o tema, discussão sobre a legislação etc.

no rendimento do aluno e outros efeitos já mencionados. A situação de bullying pode ser identificada nas escolas a partir da observação do comportamento dos alunos, e em casa. Dessa forma, é importante que também os pais tenham consciência que precisam estar atentos a mudanças no comportamento dos filhos, a fim de evitar casos de problemas psicológicos mais graves, como a automutilação, depressão e suicídio.

Contudo, apesar dessas medidas punitivas e preventivas de incentivo ao reconhecimento das diferenças, a naturalização do bullying ainda é uma realidade entre as crianças e adolescentes como uma prática naturalizada, ainda que ela envolva preconceito e rejeição, segundo apontam Santos et al (2022). Disso se constata a necessidade de expansão das ações para além dos muros das escolas, abrangendo as unidades familiares e a comunidade na construção de novos valores. De acordo com os autores, ação imediata é esperada de professores e de todos os agentes escolares, estruturando-se medidas que não superprotejam as vítimas, que precisam desenvolver sua capacidade de se autodefender, mas, por outro lado, buscando-se reduzir os constrangimentos para os alvos e os agressores, a fim de que sejam consolidados princípios de respeito.

Giordanni, Seffner e Dell'Áglio (2017) apontam que as escolas são ambientes, muitas vezes, de práticas violentas e excludentes. A violência escolar no Brasil é multifacetada e reconhecida pelos próprios estudantes, tanto em ações físicas, quanto verbais, não apenas de aluno contra aluno, mas, igualmente, entre discentes e docentes. A caracterização da falta de respeito mútuo é evidenciada, e a intolerância, as ameaças e as agressões físicas têm se disseminado.

PSICOLOGIA ESCOLAR

Antunes (2008) esclarece que a psicologia educacional é uma subárea da psicologia que produz conhecimento sobre o fenômeno psicológico no processo educativo. Ela se concentra na geração de saberes nesse contexto. Por outro lado, é também um campo de atuação profissional. Ela atua no ambiente escolar ou relacionado a ele, com foco no fenômeno psicológico. Sua atuação é baseada em conhecimentos produzidos, principalmente pela psicologia da educação. Embora essas duas disciplinas estejam relacionadas, elas não são idênticas e têm suas próprias autonomias. A Psicologia Educacional concentra-se na geração de conhecimento, enquanto a psicologia escolar é uma área de intervenção profissional.

Andaló (1984) acrescenta que a psicologia escolar, historicamente considerada uma área secundária, tem sido vista como simples e dispensável na instituição escolar, em

contraste com as áreas de Orientação Educacional e Supervisão Escolar, que são regulamentadas por lei. Essa perspectiva pode derivar da sua associação histórica à psicologia clínica. Uma abordagem alternativa seria a ação preventiva da psicologia escolar, que busca antecipar, evitar e impedir problemas, dificuldades ou fracassos na escola. No entanto, essa prevenção muitas vezes é interpretada como um simples ajustamento do aluno. O que precisa ser entendido é a visão do psicólogo escolar como agente de mudanças. Essa perspectiva destaca o papel desse profissional na promoção de transformações positivas na escola, indo além da adaptação individual e buscando melhorar o ambiente escolar como um todo.

Segundo Antunes (2008) o compromisso da psicologia escolar é, principalmente, com a educação das classes populares. Esse compromisso envolve uma concepção de educação rigorosa e democrática, que deve ser acessível a todos, promovendo a democratização do conhecimento. Isso implica garantir que todos tenham as habilidades necessárias, como leitura, escrita, matemática e competências contemporâneas, como informática e línguas estrangeiras. No entanto, essas habilidades são apenas o ponto de partida para a aquisição de conhecimentos mais amplos, que devem ser ensinados em diálogo com a cultura da criança. A prática pedagógica deve focar nos processos de ensino e aprendizagem para permitir o desenvolvimento pleno do educando como um ser singular e um membro da humanidade. Nesse sentido, a atuação do psicólogo escolar deve ser baseada no domínio do referencial teórico da psicologia, mas também integrar conhecimentos do campo educativo e áreas relacionadas. Isso requer a superação das práticas tradicionais, frequentemente focadas em abordagens clínico-terapêuticas, em prol de uma perspectiva mais abrangente e integradora.

Dias, Patias e Abaid (2014) declaram que a psicologia escolar vem enfrentando dificuldade, desde a década de 70 do século passado, e tem sido objeto de críticas, mediante análises das ações dos psicólogos, muito voltadas para a detecção de psicopatologias clínicas, ou para a orientação acerca de testes vocacionais, gerando a imagem de uma atuação insatisfatória e equivocada, bem como o não reconhecimento social do seu fazer e saber.

Souza (2009) corrobora com a discussão, apontando que desde a década de 1980, houve uma reavaliação do papel do psicólogo no contexto escolar. Isso implicou em uma mudança nos referenciais teóricos para entender as questões educacionais, com o objetivo de aprimorar as práticas pedagógicas. Atualmente, no Brasil, existem intervenções e pesquisas na psicologia escolar que: 1) deixam de culpar crianças, adolescentes e suas famílias pelas dificuldades na escola; 2) desenvolvem novos instrumentos de avaliação psicológica e compreensão das queixas escolares; e 3) promovem a formação de professores e profissionais

de saúde. Uma corrente crítica na psicologia escolar considera-a uma área de estudos, atuação e formação do psicólogo que analisa o fenômeno educacional como resultado das relações na escola, incluindo políticas educacionais e história local da instituição. A Psicologia também ampliou seu campo de atuação na área educativa, envolvendo-se em várias iniciativas sociais, mas essa expansão requer bases teóricas sólidas para garantir práticas qualificadas e críticas. Portanto, é essencial justificar e compreender por que e para que realizar intervenções ou ações específicas na educação, para evitar perder a especificidade do conhecimento psicológico.

O psicólogo escolar precisa se entender como um agente capaz de integrar perspectivas no ambiente escolar e agir em função do bem coletivo, a partir das abordagens individuais. Como espaço social, a escola configura relações subjetivas, e os sistemas de relações desenvolvidos têm relação com as normas da instituição, a própria gestão e o clima emocional do espaço, influenciando o coletivo escolar e a motivação de todos os agentes sociais. Segundo Martinez (2009, p. 172),

Enxergar a escola não apenas como um lugar onde uns ensinam e outros aprendem, mas como um espaço social sui generis no qual as pessoas convivem e atuam, implica reconhecer a importância da sua dimensão psicossocial assim como, o papel do trabalho do psicólogo escolar nesta importante dimensão.

Martinez (2009) complementa que a prática compromissada do psicólogo escolar gera transformações na educação, a partir de ações transformadoras do contexto e da percepção dos sujeitos como portadores de personalidade, como seres interativos e emocionais. O compromisso dos psicólogos com a educação no Brasil envolve sua participação consciente e ativa na promoção de mudanças nos lugares onde exercem suas atividades, bem como na forma como se organizam para aprimorar sua atuação. Isso inclui o envolvimento na formulação e discussão de políticas públicas, assim como a melhoria da qualidade do trabalho educacional em escolas específicas. Embora os psicólogos escolares e educacionais trabalhem em vários contextos educacionais, sua contribuição mais relevante ocorre no sistema educativo, que é fundamental para a estruturação da educação como prática social no país. A psicologia escolar, como campo de atuação dos psicólogos, tem o objetivo de otimizar o processo educativo no contexto escolar, considerando-o um processo complexo que abrange a transmissão cultural e o desenvolvimento da subjetividade. Nesse contexto, a especificidade da psicologia escolar reside em sua abordagem ampla e complexa dos processos educativos e em sua atuação nas diferentes instâncias do sistema educativo, principalmente nas instituições escolares. Tanto os psicólogos que trabalham nas instituições

educacionais quanto aqueles em posições de gerência, formação e assessoria técnica podem expressar seu compromisso com a transformação da educação brasileira por meio de abordagens criativas e inovadoras. Isso requer revisão constante das práticas profissionais, adoção de posturas proativas e criativas e aprimoramento contínuo.

Conforme Andaló (1984), o psicólogo escolar precisa ter a capacidade de apreensão das múltiplas realidades e das relações características da instituição escolar, mas, paralelamente, dos seus agentes. Ou seja, pode-se entender que há uma base de relações próprias da escola coexistindo com as individualidades. Trata-se de um desafio que abarca todos os processos interativos do espaço escolar, cujos processos interativos são complexos. A escola reflete uma organização social que precisa observar os indivíduos. Um psicólogo escolar eficiente parte da análise da instituição, primeiramente, para, em seguida, considerar o meio e as demandas dos agentes.

Guzzo e Ribeiro (2019, p. 305) complementam, apontando que quando se reconhece que “Educação é um processo em que se pode propiciar o pensamento crítico sobre questões da vida e da sociedade”, a relação entre a Psicologia e a Educação tende a se afastar dos perfis dominantes da Psicologia como ciência a favor dos dominadores, mas a coloca como ferramenta de emancipação social, em um processo de Educação libertadora, a partir da associação da Psicologia libertadora. A Psicologia escolar, assim, contribui para que a autonomia seja construída na sociedade, considerando-se sua perspectiva de autoavaliação e compreensão do sujeito a respeito de si e do mundo que o cerca. Portanto,

Considerando que a Educação pode se constituir em um processo para a promoção do desenvolvimento de sujeitos autônomos e conscientes sobre que caminhos devem buscar para transformar suas vidas, a relação entre Psicologia e Educação, passa a assumir uma perspectiva macrosocial quando se torna uma política pública para qualificar a educação pública (GUZZO, RIBEIRO, 2019, p. 308).

Tessaro e Lampert (2019), por sua parte, corroboram com a discussão sobre o psicólogo escolar, afirmando que esse profissional favorece a motivação dos sujeitos no ambiente escolar, na medida em que se torna possível distribuir coletivamente o atendimento psicológico à população, construindo-se uma nova visão da realidade individual e coletiva, inteligência emocional, inclusive em caráter preventivo. O psicólogo escolar pode inserir atividades de dinâmica que favoreçam as relações interpessoais, favorecendo a integração, a consciência emocional e a superação de obstáculos e desafios que levarão ao bem-estar emocional e social.

Para Guzzo e Ribeiro (2019), a relação entre a Psicologia e a Educação no contexto brasileiro muitas vezes se distancia da realidade social e das necessidades da

educação pública no Brasil. A Psicologia brasileira tem sido influenciada por um movimento endógeno que a leva a compreender o ser humano a partir de si mesmo, sem considerar adequadamente as questões sociais e a relação entre indivíduo e sociedade. Para promover a transformação da sociedade e da educação, é necessário romper com o modelo hegemônico da Psicologia, que muitas vezes mantém a ordem estabelecida e não propõe mudanças significativas. Os educadores muitas vezes resistem à presença de psicólogos nas escolas devido a essa abordagem. Assim, os profissionais da Psicologia e da Educação precisam ser formados de maneira diferente, com uma perspectiva crítica e politicamente engajada. A fragmentação e falta de articulação entre programas de pós-graduação e grupos de pesquisa em Educação e Psicologia enfraquecem a capacidade de abordar essas questões de forma eficaz, gerando-se uma nova abordagem das questões sociais, reconhecendo que a crise do sistema educacional não é isolada, mas parte de uma complexa rede de problemas sociais que exigem soluções mais amplas e transformadoras.

Ademais, conforme Santos, Menezes e Costa (2019, p. 80), “a atuação profissional do psicólogo escolar deve ser construída a partir das especificidades do contexto em que ele está inserido. Deste modo, considera-se que as competências elaboradas devem ser constantemente questionadas, atualizadas e recriadas de acordo com cada realidade”. De acordo com as autoras, o psicólogo escolar deve perceber a comunidade como um todo, expandindo sua área de atuação aos familiares, gestores educacionais, professores e, especialmente, alunos, sendo esses últimos os agentes sociais que recebem o maior reflexo direto da atuação do psicólogo escolar. Junto ao aluno, compete ao psicólogo escolar: “acompanhamento do processo ensino-aprendizagem, encaminhamento, orientação individualizada, orientação profissional, orientação psicopedagógica, promover espaços de diálogo com alunos, suporte emocional” (SANTOS; MENEZES; COSTA, 2019, p. 70).

Guzzo e Tessaro (2019) acrescentam que é necessário compreender a constituição humana a partir de uma perspectiva histórica, considerando as condições em que as pessoas vivem, suas necessidades, liberdade, bem-estar, trabalho e sobrevivência. Isso leva a uma posição crítica em relação ao conhecimento psicológico que muitas vezes se concentra no indivíduo sem levar em conta seu contexto e relações sociais. A Psicologia dominante é criticada por não fornecer elementos para uma análise histórica e social do ser humano. Em vez disso, tende a retratar o indivíduo como independente da influência da ideologia e a tratar as funções psíquicas como isoladas. No entanto, o autor argumenta que o contexto desempenha um papel fundamental na formação do pensamento e ação do indivíduo, proporcionando uma ampla gama de possibilidades de comportamento e escolha, e isso está

relacionado com o papel do psicólogo escolar.

Ressalta-se, ainda, que, no Brasil, a Lei 13.935/2019 traz a determinação da obrigatoriedade do psicólogo nas escolas de Educação Básica, entendendo-se que sua atuação corrobora para o desenvolvimento da ação educacional. As equipes multidisciplinares no espaço escolar reforçam a inclusão e a superação das desigualdades (BRASIL, 2019). De outra parte, a Lei 13.185, promulgada em 2015, instituiu o programa de combate à intimidação sistemática (bullying) (BRASIL, 2015), a partir da qual se determina no inciso VIII do Art. 4º que o programa objetiva “evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil”. Nesse contexto, o programa também determina no Art. 5º a obrigatoriedade das instituições de ensino de “assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática”. Ainda assim, apesar da determinação, no Art. 6º, de que sejam criados e publicados relatórios bimestrais nos estados e municípios a respeito do bullying, a medida ainda não tem sido adotada conforme a legislação.

O PSICÓLOGO ESCOLAR E O BULLYING

Freire e Aires (2012) acrescentam a necessidade de análise e compreensão em contextos diversificados, abrangendo, inclusive, as características pessoais de estudantes e educadores. Todos os processos de violência nas escolas têm relação com o bullying, o que está atrelado à personalidade e ao comportamento não apenas no escopo da escola, mas também na comunidade e no seio familiar. Assim, pode-se perceber a existência de determinadas influências nos comportamentos agressivos das crianças e jovens. Não há receitas prontas para lidar com a violência nas escolas, e as realidades são muito específicas e construídas a partir das interrelações dos membros da comunidade. Nesse cenário, não existe um padrão da violência em todas as escolas, e, portanto, cada unidade escolar apresenta seu próprio perfil de comportamento social. Tendo em vista essa multiplicidade de possibilidades, “a atuação do psicólogo escolar/educacional no enfrentamento do bullying deve estar ancorada em uma proposta de caráter preventivo que tenta compreender, analisar e intervir na realidade escolar, considerando a especificidade de cada instituição” (FREIRE, AIRES, 2012, p. 57).

Para Freire e Aires (2012), o enfrentamento, em suas diversas vertentes, da violência escolar, deve ser iniciado com a prevenção, mas isso não descarta a importância do

conhecimento profundo das relações intraescolares, para que seja desenvolvido um planejamento de ações amalgamados com a realidade local. Martins e Piason (2022, p. 870) afirmam que “o profissional psicólogo escolar pode ajudar na eficácia do processo educacional, visto que atua de forma a prevenir e promover saúde em ambiente educacional”.

Tessaro e Lampert (2019) indicam que o psicólogo deve desenvolver a inteligência emocional no contexto escolar, já que ela envolve a capacidade de reconhecer e lidar com as próprias emoções e as dos outros. Seus estudos demonstraram a importância das intervenções preventivas no ambiente escolar, a partir de atividades lúdicas e dinâmicas para desenvolver as habilidades relacionadas à inteligência emocional. Essa abordagem pode melhorar o desempenho pedagógico das crianças, bem como promover a autoestima e o gerenciamento das emoções.

Nesse cenário, Ribeiro e Fernandes (2021) afirmam que quando o psicólogo está integrado na instituição escolar, surgem diversas oportunidades para promover mudanças positivas e abordar a questão da violência, como o bullying. Isso envolve conscientizar tanto a equipe docente quanto os alunos sobre a importância de cultivar relacionamentos saudáveis e prevenir qualquer forma de violência nas escolas. A psicologia no contexto escolar busca mediar conflitos e aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. O psicólogo pode interagir com pais, alunos, professores, equipe pedagógica e funcionários, utilizando recursos como palestras, oficinas e o apoio de uma equipe multidisciplinar. Ele também pode introduzir o tema do bullying com materiais informativos e promover campanhas de combate a essa prática, planejando estratégias para melhorar a comunicação, construir um ambiente de confiança e respeito mútuo, identificar ambiguidades e conflitos nas relações, visando a criar um ambiente mais saudável. A criação de espaços de escuta psicológica com o propósito de redefinir as relações interpessoais na escola pode elevar a qualidade do aprendizado e o desenvolvimento dessas relações.

Faraj et al. (2021) corroboram com essa perspectiva, indicando que as intervenções da psicologia em parceria com a escola demonstram que é possível lidar com o bullying de maneira eficaz. Elas envolvem a abordagem desse problema complexo por meio de diálogo, brincadeiras, histórias, vídeos e escrita, mobilizando a comunidade escolar para melhorar os relacionamentos interpessoais. Os projetos realizados pelos autores destacam a importância de combater o bullying, não apenas enfrentando-o, mas também prevenindo novos episódios e enfatizando que todos têm um papel fundamental nesse processo. A continuidade dessas ações ao longo do tempo permite uma abordagem abrangente do bullying, promovendo uma cultura de paz e valorização dos direitos humanos na escola, com

o apoio da psicologia e outros profissionais. Foram conduzidos três projetos por psicólogas e a equipe de educadores das escolas distintos com o objetivo de abordar a questão do bullying nas escolas.

O primeiro projeto, intitulado "Bullying: Somos bonitos pelas nossas diferenças" envolveu aproximadamente 510 alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais, promovendo o conhecimento sobre o bullying, a partir do estímulo a debates sobre essa forma de violência na sala de aula, reflexão sobre as diversidades culturais. O segundo projeto, denominado "Bullying não é brincadeira" envolveu cerca de 461 alunos matriculados no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e na Educação Infantil. As atividades foram realizadas durante o recreio escolar e utilizaram brincadeiras como meio para promover a reflexão sobre o bullying, estimular o respeito pelas diferenças, desenvolver a empatia e solidariedade entre as crianças. O terceiro projeto, intitulado "Superando o bullying e outras formas de violência" abrangeu aproximadamente 815 alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais) e Ensino Médio. O projeto teve como objetivo abordar o bullying e outras formas de violação de direitos no ambiente escolar, produzindo histórias que visavam a prevenir situações de violência e promover a superação delas. Essas iniciativas fomentaram uma cultura de paz e valorizaram os direitos humanos no ambiente escolar, envolvendo alunos, professores e orientadores educacionais em diferentes níveis de ensino, sob a ótica do psicólogo escolar, demarcando seu papel no combate ao bullying (FARAJ et al., 2021).

Além disso, Ribeiro e Fernandes (2021) acrescentam que a colaboração entre professores e psicólogos na escola é fundamental para promover relações saudáveis entre os alunos. Quando os alunos percebem que seus professores e gestores valorizam suas opiniões, tendem a estabelecer relações de respeito não apenas com as regras, mas também com as pessoas envolvidas no processo. Cumprir essas práticas pode ajudar a prevenir problemas de indisciplina, conflitos e o enfraquecimento dos vínculos interpessoais.

Cunha (2022, p. 14) esclarece que

o Psicólogo Escolar tem um papel extremamente importante dentro das escolas pois é um profissional que deverá atuar juntamente com a equipe interdisciplinar elaborando intervenções a nível pedagógico, além de entender toda a realidade escolar para que consiga contribuir na solução dos problemas que surgirão tendo uma visão ampla de toda a escola, a fim de elaborar estratégias com o objetivo de intervir e propor mudanças nas problemáticas que estão presentes no contexto escolar.

Segundo Cunha (2022), o papel do psicólogo nas escolas é muitas vezes mal compreendido, já que algumas pessoas o associam apenas à prática clínica em consultórios. No entanto, a psicologia escolar envolve diversas áreas de atuação. O psicólogo escolar

desempenha um papel crucial na promoção de relações sociais saudáveis entre alunos e professores, elaborando estratégias para prevenir e combater o bullying nas escolas. Antes de intervir, ele deve compreender a dinâmica da escola, identificar problemas e necessidades, sendo um agente de mudanças. Sua atuação engloba o mapeamento institucional, escuta psicológica, assessoria a equipes de trabalho e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o psicólogo escolar desempenha um papel multifacetado e essencial na comunidade escolar, contribuindo para um ambiente de aprendizado saudável, promovendo a prevenção do bullying e a construção de relações interpessoais positivas.

Paz e Fraga (2022) também colaboram com o desenvolvimento dos estudos, apontando a possibilidade de prevenir casos de bullying quando se desenvolve um ambiente escolar acolhedor que estimula o desenvolvimento de habilidades sociais e vínculos saudáveis. Contudo, merecem atenção também algumas limitações, tais como a carência de estudos brasileiros que tenham demonstrado a eficácia de intervenções para manejar e prevenir situações de bullying e a falta de políticas públicas que aproximem o psicólogo escolar das escolas. As autoras ressaltam a importância de o profissional de o psicólogo escolar estar atento às reais demandas da população escolar sobre a qual se pretende intervir, uma vez que, aparentemente, a escolha da intervenção em si não é tão importante quanto a adesão dos estudantes e o impacto de suas propostas e ferramentas em relação ao desenvolvimento de suas habilidades sociais e emocionais.

Gomes (2022) acrescenta que a presença do psicólogo escolar é essencial nas instituições de ensino, pois ele desempenha um papel fundamental na identificação e resolução de comportamentos que prejudicam as relações interpessoais e podem levar à violência e agressividade entre os alunos. Ao atuar de forma crítica e sistêmica, o psicólogo escolar avalia, analisa e promove reflexões sobre as interações sociais e conflitos na escola. Além disso, ele desenvolve estratégias de intervenção e prevenção, contribuindo para o desenvolvimento das competências e habilidades de todos os envolvidos no ambiente educacional.

Nessa mesma direção, Mezzalira Fernandes e Santos (2021) afirmam que é importante abordar o bullying nas escolas com base em experiências de educadores. Observa-se que muitas vezes os educadores adotam uma postura ambígua diante da violência na escola, devido ao desconhecimento do fenômeno. As escolas devem atuar como espaços de proteção e emancipação para os alunos, rompendo com estereótipos e a naturalização da violência. Além disso, ressalta-se que o enfrentamento do bullying não deve se limitar às ações escolares, mas a escola desempenha um papel fundamental na transformação das

relações sociais na sociedade. Os psicólogos escolares devem abordar o bullying com a comunidade escolar e desenvolver ações que evitem culpar apenas os indivíduos pelos episódios de bullying.

Os papéis apresentados do psicólogo escolar nos textos estudos investigados podem ser entendidos como:

1. Identificação e resolução de comportamentos que prejudicam as relações interpessoais e podem levar à violência e agressividade entre os alunos (FREIRE; AIRES, 2012).
2. Entender a realidade da escola para contribuir na solução de problemas, promovendo um ambiente de paz (CUNHA, 2022; PAZ; FRAGA, 2022).
3. Análise e reflexão das interações sociais e conflitos na escola (FREIRE; AIRES, 2012; GOMES, 2022).
4. Reconhecimento das reais demandas da população escolar para desenvolver intervenções eficazes (PAZ; FRAGA, 2022).
5. Criar ações e projetos de conscientização junto à comunidade escolar (MEZZALIRA; FERNANDES; SANTOS, 2021).
6. Mapeamento institucional, escuta psicológica, assessoria a equipes de trabalho e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem (CUNHA, 2022).
7. Desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção do bullying (FREIRE; AIRES, 2012; FARAJ et al., 2021; CUNHA, 2022).
8. Colaboração com a equipe acadêmica e elaboração de projetos pedagógicos e políticas educacionais (FREIRE; AIRES, 2012).
9. Participação em programas de orientação profissional para alunos (FREIRE; AIRES, 2012).
10. Intervenções por meio de recursos como palestras, oficinas e campanhas anti-bullying (RIBEIRO; FERNANDES, 2021; FARAJ et al., 2021).
11. Abordagem do bullying por meio de atividades lúdicas e dinâmicas para desenvolver habilidades relacionadas à inteligência emocional (TESSARO; LAMPERT, 2019).
12. Mediação de conflitos entre alunos e promoção de um ambiente de ensino-aprendizagem saudável (RIBEIRO; FERNANDES, 2021).
13. Criação de espaços de escuta psicológica para ressignificar as relações interpessoais na escola (RIBEIRO; FERNANDES, 2021).
14. Desenvolvimento da inteligência emocional no contexto escolar (TESSARO; LAMPERT, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na estrutura escolar, o psicólogo desempenha um papel de extrema importância, voltado para a identificação e resolução de comportamentos prejudiciais às relações interpessoais, que podem culminar em situações de violência e agressão entre os alunos. Sua envolve uma análise minuciosa e abrangente das dinâmicas sociais e conflitos que permeiam

o ambiente escolar, com uma ênfase relevante na prevenção e intervenção do bullying. Além disso, o psicólogo escolar atua de forma colaborativa na elaboração de projetos pedagógicos e políticas educacionais, desempenhando um papel fundamental na promoção de relações saudáveis entre os alunos. Para alcançar tais objetivos, ele desenvolve estratégias práticas, como a realização de palestras, oficinas e campanhas de combate ao bullying, sempre mediando conflitos entre os alunos.

Outro aspecto significativo do trabalho do psicólogo escolar é o fomento da inteligência emocional no contexto educacional. Isso envolve orientar os estudantes sobre a capacidade de reconhecer e lidar eficazmente com suas próprias emoções e as emoções dos outros. As intervenções preventivas implementadas incluem atividades lúdicas e dinâmicas, visando ao desenvolvimento das habilidades relacionadas à inteligência emocional. Isso não apenas melhora o desempenho acadêmico dos alunos, mas também promove a autoestima e o gerenciamento saudável das emoções. A atuação do psicólogo escolar transcende a prática clínica em consultórios. Engloba o mapeamento das características institucionais, a escuta ativa dos envolvidos, a assessoria a equipes de trabalho e o acompanhamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem, considerando a singularidade de cada instituição de ensino.

Nesse contexto, é possível concluir que a presença do psicólogo escolar é de extrema relevância, pois representa uma oportunidade para prevenir o bullying, mediante a criação de um ambiente escolar acolhedor que estimula o desenvolvimento de habilidades sociais e relacionamentos saudáveis. O sucesso de sua atuação depende da compreensão das reais demandas da comunidade escolar, destacando a importância não apenas da escolha da intervenção, mas também da adesão dos estudantes e do impacto positivo de suas propostas no desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais dos educandos. Em síntese, o psicólogo escolar desempenha um papel multifacetado e crucial na promoção de um ambiente de ensino saudável e na compreensão da complexa dinâmica escolar, atuando favoravelmente contra a prática do bullying, apontando para a necessidade de novos estudos.

REFERÊNCIAS

ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 4, n. 1, p. 43-46, 1984.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 469-475, 2008.

ARAÚJO, C. M. F. A.; COUTINHO, D. J. C. Violência escolar – uma revisão sistemática de literatura entre 2009 e 2019. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 6, n.1, 2020.

BANDEIRA, C. M; HUTZ, C. S. Bullying: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 16, n. 1, p. 35-44, jan/jun. 2012.

BRASIL. **Lei 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, 2015.

_____. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, P. G. **A atuação da Psicologia na prevenção e no enfrentamento do bullying no contexto escolar**. 2022. (Monografia) Graduação. 41f. Universidade de Ensino Superior Dom Bosco, São Luís, 2022.

DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 105-111, jan./abr. 2014.

ESTEVES, P. Seria a banalidade do mal um caminho para a compreensão da violência escolar? **Revista Dialectus**, ano 9, n. 19, p. 176-196, ago./dez. 2020.

FARAJ, S. P. et al. Enfrentando o bullying na escola: experiências de intervenções no combate à violência. **Aletheia**, v. 54, n. 2, 2021.

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 1, p. 55 – 60, jan./jun. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIORDANI, J. P.; SEFFNER, F.; DELL'AGLIO, D. D. Violência escolar: percepções de alunos e professores de uma escola pública. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n. 1, p. 103 – 111, jan./abr. 2017.

GOMES, F. V. F. Ações de prevenção ao bullying escolar no ensino fundamental: um relato de experiência em psicologia escolar/educacional. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, p. e240111537162-e240111537162, 2022.

GOMES, F. V. F., et al. O bullying escolar em periódicos brasileiros de psicologia escolar/educacional e psicologia da educação: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 15, e480111537427-e480111537427. 2022.

GUZZO, R. S. L.; RIBEIRO, F. M. Psicologia na Escola: Construção de um horizonte libertador para o desenvolvimento de crianças e jovens. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 298-312, jan./abr. 2019.

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 169-177, jan. jun. 2009.

MARQUES, W. R., et al. Bullying não! Políticas públicas e o olhar da sociologia e psicologia da educação para o enfrentamento da violência no ambiente escolar. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, e1911931343-e1911931343. 2022.

MARQUES, W. R.; ALVES, L. B. M. A Psicologia da Educação e a prevenção e a prevenção/intervenção ao bullying no ambiente escolar: revisão da literatura por meio de etnografia virtual. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 12, e3122314-e3122314. 2022.

MARTINS, F. D. R. B.; PIASON, A. S. A importância da psicologia no ambiente escolar como promotora do bem-estar emocional da criança—bullying não é brincadeira. **Anais da amostra de iniciação científica do Cesuca**, v. 16, 870-879, 2022.

MEZZALIRA, A. S. D. C.; FERNANDES, T. G.; SANTOS, C. M. L. D. Os desafios e as estratégias da psicologia escolar no enfrentamento do bullying. **Psicologia Escolar e Educacional**, 25, e237016. 2021

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo (SP): HUCITEC, 2007.

NEVES, A. A. B.; MCMANUS, C.; CARVALHO, C. H. Impacto da pós-graduação e da ciência no Brasil: uma análise à luz dos indicadores. **Revista NUPEM**, Paraná, v. 12, n.27, p. 254-276, 2020.

PAZ, F. M; FRAGA, I. M. As contribuições da Psicologia Escolar no enfrentamento ao bullying. **Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão**, v. 6, n. 12, p. 34-47, 2022.

PEREIRA, E. A.; FERNANDES, G.; DELL'AGLIO, D. D. O bullying escolar na legislação brasileira: uma análise documental. **Educ. Pesqui.**, v. 48, e249984, 2022.

PROETTI, S. A pesquisa qualitativa e quantitativa como método de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2017.

REIS, A. J. M. **Bullying e suas consequências**. 2022. (TCC) Graduação. 18f. Universidade de Uberaba – Uniube. Uberaba – MG, 2022.

RIBEIRO, A. C.; FERNANDES, A. **A contribuição do psicólogo escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying**. 2021. TCC (Graduação). 19f. UNIFUCAMP - Centro Universitário Mário Palmério, Monte Carmelo, MG, 2021.

SANTOS, D. C. O.; MENEZES, A. B.; COSTA, T. D. Avaliação da Importância e Aplicabilidade de Competências para Psicólogos Escolares e Educacionais. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p. 66-82, jan./jun., 2019.

SANTOS, I. H. F.; et al. Bullying escolar: com a palavra, o professor. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 74, e004, 2022.

SARAIVA, A. IBGE: 40% dos alunos já sofreram bullying e 24% dizem que a vida não vale à pena. **Valor Econômico – Brasil**. 13 jul. 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/07/13/ibge-40-pontos-percentuais-dos-alunos-j-sofreram-bullying-e-24-dizem-que-vida-no-vale-a-pena.ghtml>> Acesso em 22 maio 2023.

SILVA, B. A. G. **A violência nas escolas de Ensino Fundamental I Educando para a paz**. 2017. TCC (Graduação). 54f. Faculdade Atibaia FAAT. Atibaia, São Paulo, 2017.

SILVA, G. P.; et al. Bullying e violência no ambiente escolar: uma revisão de literatura no período de 2015-2019. **EAS/EJCH**, v.11, n. 13, e860, 2019.

SILVA, J. L.; et al. Bullying e habilidades sociais de estudantes em transição escolar. **Psico-USF**, v. 27, n. 1, p. 17-29, jan./mar. 2022.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 13, p. 179-182, 2009.

TESSARO, F.; LAMPERT, C. D. T. Desenvolvimento da inteligência emocional na escola: relato de experiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 23, e178696, 2019.

ZAGO, L. H. O método dialético e a análise do real. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 127, p. 109-124, jun. 2013.